

Em Campinas, tem gente que espera dois anos para entrar.

A experiência de uma escola comunitária deu certo em Campinas. Há doze anos, funciona uma escola onde os pais são os diretores, os professores são sócios e têm na sua quase totalidade o terceiro grau e todos, inclusive funcionários, decidem juntos, em assembleias gerais, os rumos da entidade. A "Comunitária de Campinas", como é conhecida, surgiu como uma opção pedagógica, depois da cisão de 45 professores e coordenadores do Colégio Progresso, um dos mais tradicionais da cidade. Com mensalidades e cotas societárias (que terminam quando o último filho deixa a escola), os pais gerenciam uma experiência que envolve, esse ano, 1.346 alunos, além de quase 80 professores e onde, para se conseguir vaga, é necessário entrar numa fila de espera de até dois anos.

A "Comunitária de Campinas" já nasceu grande. Com o rompimento com o Colégio Progresso, ela levou cerca de 500 alunos, filhos das quase 300 famílias que acompanharam os professores e coordenadores. "Não era a nossa intenção criar nada, apenas deixar de lado uma forma de aprendizado, pois não concordávamos com o ensino onde somente se transmite", afirma a diretora pedagógica e uma das fundadoras da escola, Amélia Palermo. Como ela explica, foi a pressão dos pais que levou a "Comunitária" à realidade.

Inicialmente, a escola — fundada em 7 de novembro de 1977 — funcionou numa casa alugada no Jardim Proença, com 12 classes em dois períodos. A primeira etapa das obras do complexo de três prédios onde funciona hoje a "Comunitária" (próximo à Rodovia D. Pedro I) foi encerrada em 1981, dois anos depois, houve a conclusão.

Hoje, os 1.346 alunos se dividem em 24 classes, em dois períodos. Eles são classificados em infantil (a partir de 3,5 anos), com 322 alunos; 1ª à 4ª séries, com 483; 5ª à 8ª séries, com 444; e o 2º grau, com 97. "Nossa pedagogia é uma mistura de Piaget, Paulo Freire, Lauro de Oliveira Lima e Emília Ferreiro, além, é claro, de experiências próprias", diz Amélia Palermo.

Mas, reconhece a educadora, de 69 anos e "a pedagogia no san-



Amélia Palermo: "Custa caro mas tem um ensino superior".

gue" (tem oito irmãs e oito tias, além da mãe, como professoras), há uma mudança sistemática na "Comunitária". "Aqui temos reuniões semanais do corpo docente, onde se discute a metodologia", frisa. Para dar aula na escola, o professor tem de ter o 3º grau, recebendo, em troca, um salário melhor. Na "Comunitária", contando-se o descanso remunerado, a hora-aula é de NCz\$ 97,63, enquanto a média básica em Campinas é de NCz\$45,00.

A Comunitária é uma proposta de ensino e não uma forma de lucro. Assim, as cotas societárias dos pais dos alunos — que dão direito a eles de participar das assembleias e serem, de fato, os diretores — são extintas, sem retorno de capital, quando o último filho deixa a escola. Atualmente, existem várias comissões funcionando: Obras, Saúde, Bolsa de Estudo, Festas, Econômico-Financeira, Jurídica, Material Escolar, Conselho Editorial e Conselho Comunitário. Em todas, os pais são os responsáveis.

"Os professores já têm as au-

las para se preocupar", brinca Amélia Palermo. Na verdade, na "Comunitária", os pais só não influem diretamente (apenas a nível de sugestões) na contratação e demissão do corpo docente. Essas prerrogativas são do Conselho Pedagógico. As mensalidades, em janeiro, vão de NCz\$ 1.098,00, para o infantil, a NCz\$ 1.421,00, o 2º grau. Para quem imagina que elas são alta e assustam, uma constatação: a fila de espera é de quase dois anos.

"Custa caro, mas tem um ensino superior", garante Amélia Palermo. Ela diz contudo, que "a escola particular deveria ser uma opção e não a prioridade, para muitos pais, diante do ensino que o Estado oferece". Mas não descarta experiências sérias feitas no ensino público e defende a escola gratuita para todos. Hoje, os primeiros alunos da Comunitária estão em universidades ou no mercado de trabalho e este ano a segunda geração de uma idéia de doze anos começa a aparecer: o filho de um ex-aluno integrará o infantil.